

População em situação de rua no Brasil: o que os dados revelam?

Elaboração

Roberta Mélega Cortizo

Entrevistados

A fim de preservar a privacidade dos entrevistados, foram utilizados pseudônimos nos relatos de pessoas em situação de rua apresentados neste artigo.

Contribuições

Caio Nakashima

Cristiane Silva de Moura

Diego Luiz Souza Martins

Fábio Monteiro Rigueira

Frederico Lara de Souza

Marcelo Oliveira Gonçalves

Marta Battaglia Custódio

Pedro Henrique Ferreira

Raquel Maria Freitas

Ricardo Rodrigues Dutra

Vinícius Botelho

Agradecimentos

A autora agradece a equipe do Centro Pop Brasília, do Serviço Especializado em Abordagem Social do Governo do Distrito Federal e do Instituto Ipês pela oportunidade de acompanhar *in loco* as atividades desenvolvidas com a população em situação de rua entre os dias 20 e 24 de maio de 2019.

Projeto Gráfico/Diagramação

Victor Gomes de Lima

Vinícius Botelho

Secretário de Avaliação e Gestão da Informação

Caio Nakashima

Diretor de Monitoramento

Mariana Ferreira Peixoto dos Santos

Coordenadora-Geral de Acompanhamento de Programas

Raquel Maria Soares Freitas

Coordenadora-Geral de Produção de Indicadores

Equipe técnica do Departamento de Monitoramento:

Cristiane Silva de Moura

Eduardo Antonio Queiroz Silva

Fábio Monteiro Rigueira

Frederico Lara de Souza

Marta Battaglia Custódio

Pedro Flach Romani

Pedro Henrique Monteiro Ribeiro Ferreira

Roberta Pelella Melega Cortizo

Vanessa Rodrigues Ferreira de Almeida

Viviane de Almeida Silvestre



1. INTRODUÇÃO

Ações de monitoramento da Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação do Ministério da Cidadania (SAGI/MC) apontam para uma tendência crescente de inclusão de pessoas em situação de rua em políticas públicas. Apenas para citar um exemplo, nos últimos sete anos houve um aumento de quase vinte vezes de famílias em situação de rua que são beneficiárias do Programa Bolsa Família. Esse crescimento resultou de uma confluência de iniciativas que buscaram enxergar as especificidades das pessoas em situação de rua, criando estratégias diferenciadas de abordagem e serviços voltados a esses cidadãos.

Para formular iniciativas aderentes à realidade das pessoas em situação de rua, o primeiro desafio foi reunir um conjunto de informações para responder a questões básicas como: (a) quantas pessoas vivem em situação de rua no Brasil? (b) qual o gênero e a faixa etária predominante? (c) em que cidades/estados estão concentradas? (d) qual é a composição familiar mais frequente: vivem sós ou com parentes? (e) qual é a escolaridade média?

Essas perguntas foram respondidas pelo Censo Nacional sobre a População em Situação de Rua (Censo Pop Rua), o primeiro levantamento dessa natureza realizado no Brasil – coordenado pela SAGI e executado pelo Instituto Meta. Como será visto ao longo deste trabalho, o Censo Pop Rua elaborou um diagnóstico que subsidiou a formulação da Política Nacional para População em Situação de Rua, trazendo uma série de avanços para o atendimento desse público.

Nesse sentido, o presente artigo visa ilustrar como a geração de dados consistentes tem subsidiado gestores públicos na formulação, na implementação e no monitoramento de políticas voltadas à população em situação de rua no Brasil. O texto está estruturado em cinco partes: esta introdução, que é sucedida por um seção que detalha a metodologia, principais desafios e resultados do Censo Pop Rua – um case de sucesso na produção de dados para formulação de políticas públicas. A terceira parte aborda o acesso da população em situação de rua a políticas de proteção social, com indicadores referentes à inclusão no Cadastro Único, participação no Programa Bolsa Família e Benefício de Prestação Continuada (BPC), além de frequência aos Centros de Referência Especializados para População em Situação de Rua (Centros Pop) – combinados a esses dados, são apresentadas breves histórias de pessoas em situação de rua. A quarta parte relata um caso de emancipação da rua: a trajetória de Fernanda, que viveu por quase dez anos nas praças de Brasília e hoje trabalha com serviços sociais voltados à população em situação de rua. A quinta seção traz algumas considerações finais sobre o tema.

2. O CENSO NACIONAL SOBRE A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA (CENSO POP RUA) ¹

O Censo Pop Rua foi desenhado com o objetivo de quantificar e investigar as características socioeconômicas das pessoas em situação de rua, tendo como foco a formulação de políticas públicas dirigidas a essa população². O público-alvo da pesquisa foi composto por pessoas maiores de 18 anos vivendo em situação de rua, de acordo com o seguinte conceito: *“São entendidas como população em situação de rua as pessoas que utilizam, em um dado momento, como local de moradia ou pernoite espaços de tipos variados, situados sob pontes, marquises, viadutos, à frente de prédios privados e públicos, em espaços públicos não utilizados à noite, em parques, praças, calçadas, praias, embarcações, estações de trem e rodoviárias, à margem de rodovias, em esconderijos abrigados, dentro de galerias subterrâneas, metrô e outras construções com áreas internas ocupáveis, depósitos e prédios fora de uso e outros locais relativamente protegidos do frio e da exposição à violência. Foram ainda consideradas componentes da população em situação de rua as pessoas que dormem em albergues e abrigos, de forma preferencial ou ocasional, alternando o local de repouso noturno entre estas instituições e os locais de rua”*³.

O Censo Pop Rua abrangeu 71 cidades brasileiras, incluindo 23 capitais e 48 municípios com mais de 300 mil habitantes⁴. A iniciativa enfrentou vários desafios, que exigiram o desenvolvimento de estratégias e metodologias específicas. Um problema inicial foi a ausência de residência fixa e a alta mobilidade desta população nas grandes cidades. Tipicamente, a coleta de dados dos censos é de base domiciliar, por isso a população em situação de rua não é incluída. Como coletar dados de uma população sem residência? Para abarcar as especificidades da condição de quem mora na rua, os pesquisadores do Censo Pop identificaram a necessidade de realizar o trabalho de campo à noite, quando esses indivíduos em geral já estão instalados para dormir. Uma atividade fundamental foi o mapeamento prévio dos pontos de pernoite, que contou com a colaboração de representantes de associações que trabalham com pessoas de rua⁵. Devido à alta mobilidade dessa população, inclusive de noite, o levantamento das informações teve que ser realizado no menor período de tempo possível, para minimizar a dupla contagem. A fim de facilitar a abordagem, profissionais com experiência junto à população de rua participaram de todo o processo de coleta de dados⁶.

1 Essa seção foi elaborada a partir de informações do Sumário Executivo e da Ficha Técnica do Censo Pop Rua (BRASIL, 2008).

2 Por meio de um acordo de cooperação entre o MDS e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), a SAGI lançou edital em 2006 para elaboração do Censo Nacional sobre a População em Situação de Rua, que foi executado entre 2007 e 2008 pelo Instituto Meta.

3 Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua, 2008.

4 As capitais brasileiras São Paulo, Belo Horizonte e Recife não foram pesquisadas, pois haviam realizado recentemente pesquisas semelhantes. Porto Alegre solicitou sua exclusão da pesquisa por estar conduzindo um estudo municipal simultaneamente à pesquisa contratada pelo MDS.

5 SILVEIRA, 2009.

6 VEIGA, 2009.

O Censo Pop Rua levantou dados básicos de todos os entrevistados e realizou uma investigação mais detalhada com 10% destes entrevistados⁷. Foram coletadas informações sobre as principais razões para viver na rua, o tempo de permanência na rua, a escolaridade, os vínculos familiares, o acesso a programas sociais, as condições de saúde, entre outras.

A equipe do Censo Pop Rua foi composta por 55 coordenadores, 269 supervisores e 926 entrevistadores. Além disso, apoiaram o trabalho de campo 147 moradores ou ex-moradores de rua e 86 profissionais que trabalham com essa população. No total, 1.483 pessoas atuaram nas atividades de coleta de dados entre Outubro/2007 e Janeiro/2008.

Foi necessário um amplo esforço para localizar os diversos lugares em que essa população vive, abrangendo calçadas, praças, marquises, pontes, becos, rodoviárias, portos, galerias subterrâneas, túneis, prédios abandonados, entre outros. A participação ativa de educadores sociais, além de pessoas que já estiveram e ainda estão em situação de rua contribuiu para a abordagem adequada dos entrevistados e a obtenção de pequena taxa de recusa em responder ao questionário (13%).

O Censo Pop Rua identificou um contingente de 31.922 adultos em situação de rua nos municípios pesquisados. Se fossem considerados os resultados das pesquisas realizadas nas quatro capitais que não participaram do Censo Pop Rua, o número seria superior a 45 mil pessoas em situação de rua⁸. No entanto, cabe ressaltar que o quantitativo de 45 mil deve ser considerado com cautela, pois as pesquisas foram realizadas em diferentes referências temporais, com metodologias distintas.

Para ilustrar a complexidade de um censo dessa natureza, vale comparar a quantidade de profissionais envolvidos no Censo Demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e no Censo Pop Rua. No Censo do IBGE de 2010, foram empregados 230 mil funcionários para recensear 190,7 milhões de pessoas⁹, o que resulta em uma proporção de 1 profissional para cada 829 pessoas pesquisadas. No caso do Censo Pop, trabalharam quase 1.500 profissionais para recensear cerca de 32 mil pessoas sem situação de rua, ou seja: para cada profissional foram pesquisadas apenas 21 pessoas em situação de rua, uma proporção 40 vezes menor que a do Censo IBGE 2010.

7 O levantamento de campo foi censitário (questionário com 19 perguntas) e amostral (questionário com 62 perguntas). A amostra de 10% do universo foi selecionada utilizando a técnica de amostragem probabilística sistemática (BRASIL, 2008).

8 De acordo com Sposati (2009), "Identificou-se que a população em situação de rua chegava a quase 50 mil habitantes. Esse montante pode ser alcançado quando se soma as 31.922 pessoas localizadas nas ruas pelo censo nacional com as 13.915 registradas pelos censos de quatro cidades. Pode-se estender o total de 45.837 para cerca de 50 mil pessoas em situação de rua considerando que, dessas quatro cidades, São Paulo disponibilizou registros que datam de 2003 (...) e os censos de Recife e Belo Horizonte datam de 2005".

9 Informações extraídas de: <https://censo2010.ibge.gov.br/coleta/recrutamento-de-pessoal.html> e <https://censo2010.ibge.gov.br/noticias-censo.html?view=noticia&id=3&idnoticia=1866&busca=1&t=primeiros-resultados-definitivos-censo-2010-populacao-brasil-190-755-799-pessoas>.

PRINCIPAIS RESULTADOS DO CENSO POP RUA¹⁰

- **31.922 adultos em situação de rua**, o que equivale a 0,06% da população dos municípios pesquisados.
 - **Perfil:**
 - » 82% das pessoas em situação de rua eram homens.
 - » Mais da metade (53%) possuía entre 25 e 44 anos.
 - » 67% das pessoas se declararam pardas ou negras - proporção bem maior do que na população brasileira em 2008 (45%).
 - » 52% possuíam algum parente que morava na mesma cidade em que estavam vivendo.
 - **Principais motivos para viver na rua:** problemas com álcool/drogas (36%); desemprego (30%) e desavenças com a família (29%).
 - **Origem:** 76% sempre viveram no município em que moravam ou em municípios próximos, contradizendo o senso comum de que as pessoas em situação de rua são oriundas de outros estados/regiões do país.
 - **Trabalho:**
 - » 71% eram trabalhadores com alguma atividade remunerada. Dessas atividades destacam-se: catador de materiais recicláveis (28%), flanelinha (14%), construção civil (6%) e limpeza (4%). Somente 2% afirmaram estar trabalhando com carteira assinada.
 - » Apenas 16% pediam dinheiro como principal meio para a sobrevivência.
 - » 25% não possuíam documento de identificação, dificultando a obtenção de emprego formal e o acesso a serviços/programas governamentais.
 - **Alimentação:** 80% diziam conseguir fazer ao menos uma refeição por dia.
 - **Acesso a benefícios:** 89% afirmaram não receber qualquer benefício social. Dentre os que recebiam, destacaram-se: aposentadoria (3%), Bolsa Família (2%) e BPC (1%).
 - **Escolaridade:**
 - » 74% sabiam ler e escrever.
 - » 17% não sabiam escrever e 8% apenas assinavam o próprio nome.
 - » 64% não concluíram o 1º grau (Ensino Fundamental).
 - » 95% não estudavam na época da pesquisa.
-

3. POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA E POLÍTICAS SOCIAIS

O Censo Pop Rua compôs um quadro objetivo e detalhado da população em situação de rua no Brasil, contribuindo efetivamente para a formulação de estratégias e políticas específicas, mais próximas da realidade vivida por esse grupo. Após a publicação dos resultados do Censo Pop Rua, foi publicado o Decreto nº 7.053/2009, que instituiu a Política Nacional para a População em Situação de Rua, com objetivo de prever iniciativas a esse segmento, com destaque para:

- Assegurar o acesso amplo às políticas públicas de saúde, educação, previdência, assistência social, moradia, segurança, cultura, esporte, lazer, trabalho e renda.
- Proporcionar o acesso das pessoas em situação de rua a benefícios previdenciários, assistenciais e programas de transferência de renda.
- Implementar centros de referência especializados para atendimento da população em situação de rua, no âmbito da proteção social especial do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

Outro avanço da Política Nacional foi a definição de um conceito para população em situação de rua, que relaciona essa condição à pobreza, vínculos fragilizados, falta de moradia regular e uso de espaços públicos para viver:

*"Considera-se população em situação de rua o grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória."*¹¹

Como será visto na sequência, uma definição clara sobre o que se entende por pessoa em situação de rua contribuiu para a operacionalização e focalização de políticas públicas para atender a essa população.

11 BRASIL, 2009.

3.1 CADASTRO ÚNICO PARA PROGRAMAS SOCIAIS DO GOVERNO FEDERAL (CADASTRO ÚNICO)

Os resultados do Censo Pop Rua foram utilizados para aprimorar o Cadastro Único, ferramenta estratégica para identificação e caracterização socioeconômica das famílias de baixa renda, entendidas como aquelas que vivem com meio salário mínimo *per capita* ou três salários mínimos de renda total¹². Além do Bolsa Família, quase trinta programas sociais federais utilizam a base do Cadastro Único para selecionar beneficiários. Em março/2019, havia cerca de 28 milhões de famílias de baixa renda no Cadastro Único, o que corresponde a quase 76 milhões de pessoas (cerca de 35% da população brasileira)¹³.

Para aperfeiçoar o Cadastro Único na identificação de pessoas em situação de rua, em 2009 o Governo Federal lançou um formulário específico para a inclusão desse público no Cadastro Único: o Formulário Suplementar 2. O Censo Pop Rua subsidiou a elaboração das questões do Formulário Suplementar 2, assim como as ações de capacitação de entrevistadores do Cadastro Único, a fim de explicar as particularidades do cadastramento deste público e sensibilizar os participantes para esse tema. Cabe mencionar, ainda, que o Cadastro Único adotou o mesmo conceito de população em situação de rua definido pela Política Nacional. A seguir, são apresentados exemplos de perguntas específicas para pessoas em situação de rua presentes no Formulário Suplementar 2 do Cadastro Único:

2.06 - Quais os principais motivos pelos quais (nome) passou a morar na rua/albergue/outro?

Este quesito admite múltipla marcação.

- 1 - Perda de moradia
- 2 - Ameaça/violência
- 3 - Problemas com familiares/companheiro(a)
- 4 - Alcoolismo/drogas
- 5 - Desemprego
- 6 - Trabalho
- 7 - Tratamento de saúde
- 8 - Preferência/opção própria
- 9 - Outro
- 10 - Não sabe/não lembra
- 11 - Não respondeu

2.13: - O que (nome) faz para ganhar dinheiro? Este quesito admite múltipla marcação.

- 1 - Construção civil
- 2 - Guardador de carro/flanelinha
- 3 - Carregador/estivador
- 4 - Catador de material reciclável
- 5 - Serviços gerais/limpeza /outro
- 6 - Pede dinheiro
- 7 - Vendas
- 8 - Outro
- 9 - Não respondeu

Conforme Mapa 1, quase 70% das pessoas em situação de rua registradas no Cadastro Único vivem no Sudeste, região com maior adensamento populacional do Brasil. Das pessoas em situação de rua inscritas no Cadastro Único¹⁴, 89% são homens, 87% dormem na rua ou em albergues, 67% são pardos ou negros. As principais razões para

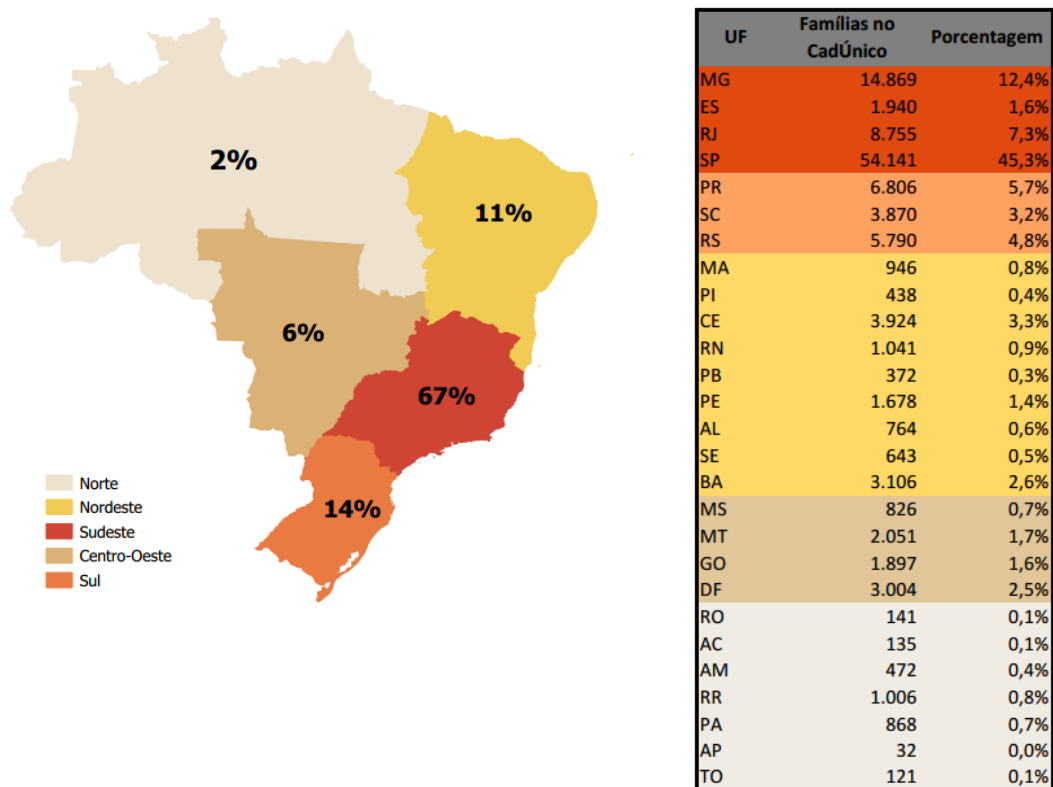
12 Decreto 6.135/2007.

13 Informações extraídas do Cead – Consulta, Seleção e Extração de Informações do Cadastro Único, disponível no Portal da SAGI (<https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/portal/>).

14 FRUTUOSO, 2018.

viver na rua são: problemas com a família (27%), desemprego (23%), problemas com álcool ou outras drogas (19%), perda de moradia (13%). Apesar de haver uma diferença de dez anos, observa-se que as informações declaradas no Cadastro Único são compatíveis com os resultados do Censo Pop Rua¹⁵. Vale destacar, ainda, que 98% das famílias em situação de rua no Cadastro Único são unipessoais¹⁶.

MAPA 1 – DISTRIBUIÇÃO DE FAMÍLIAS EM SITUAÇÃO DE RUA NO CADASTRO ÚNICO – BRASIL, 2019



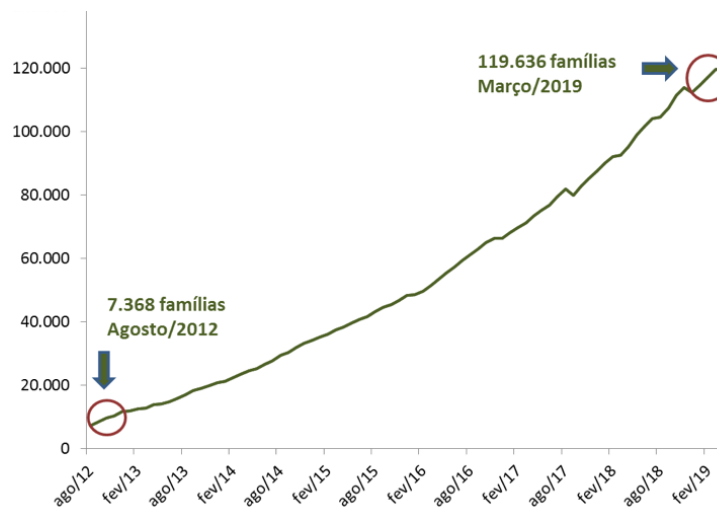
Fonte: Cadastro Único, março/2019.

Nos últimos sete anos, a quantidade de famílias em situação de rua registradas no Cadastro Único aumentou mais de 16 vezes: de 7.368 famílias em agosto/2012 para 119.636 famílias em março/2019 (Gráfico 1).

15 Cabe ressaltar que o Cadastro Único e o Censo Pop Rua possuem abrangência e finalidades distintas. Enquanto o Cadastro Único está presente em todos os municípios brasileiros, o Censo Pop Rua foi realizado em 71 cidades. Além disso, o Cadastro Único funciona como uma porta de entrada para programas sociais e outras ações governamentais, enquanto o Censo Pop Rua tem a finalidade de realizar a contagem e caracterização da população recenseada.

16 O Cadastro Único tem como unidade básica de referência a família, sendo admitida a possibilidade de famílias unipessoais, ou seja, compostas por apenas uma pessoa.

GRÁFICO 1 – QUANTIDADE DE FAMÍLIAS EM SITUAÇÃO DE RUA NO CADASTRO ÚNICO – BRASIL, 2012 A 2019



Fonte: Cadastro Único, CECAD.

Além de ter ocorrido uma melhoria significativa na identificação da população em situação de rua no Cadastro Único por meio do preenchimento do Formulário Suplementar 2, o crescimento verificado no Gráfico 1 está relacionado a outros fatores, entre os quais vale destacar a profunda crise econômica em que o Brasil mergulhou nos últimos cinco anos e o aumento da cobertura de serviços direcionados à população em situação de rua.

Em 2014, a economia brasileira cresceu apenas 0,5%; sofreu queda de 3,5% em 2015 e de 3,3% em 2016. Em 2017/2018, o PIB anual voltou a crescer, mas de forma acanhada, em torno de 1,1%¹⁷. O desemprego praticamente dobrou entre 2014 e 2018 (saltando de 6,5% para 12,0%)¹⁸, afetando diretamente os cidadãos mais pobres. Combinado ao cenário econômico recessivo, houve um aumento expressivo da cobertura de serviços à população em situação de rua (como poderá ser visualizado na próxima seção). Nos últimos quatro anos, os Centros de Referência Especializados para População em Situação de Rua (Centros Pop) foram responsáveis pela inclusão de 65.806 famílias no Cadastro Único¹⁹, o que representa hoje mais da metade das famílias em situação de rua cadastradas.

17 IBGE - Contas Nacionais Trimestrais. Link: <https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/pib/defaultcnt.shtm>

18 IBGE - PNAD Contínua. Link: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/17270-pnad-continua.html?=&t=series-historicas>

19 Fonte: Registro Mensal de Atendimento (RMA), no Vis Data. Link: <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/vis/dash/>

Para difundir as ações de monitoramento, dados históricos e atualizados de pessoas em situação de rua no Cadastro Único e Bolsa Família – por município, estados, região ou Brasil – podem ser acessados por meio do **CECAD** (Consulta, Seleção e Extração de Dados do Cadastro Único), ferramenta disponível no Portal da SAGI para livre consulta de gestores públicos, de pesquisadores e do público em geral:

<https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/cecad20/painel03.php>

HISTÓRIAS DA RUA – JOAQUIM²⁰, 26 ANOS

Mesmo com o expressivo aumento de cadastramento evidenciado no Gráfico 1, não é difícil encontrar pessoas em situação de rua fora do Cadastro Único. É o caso de Joaquim, que perdeu os documentos e tem receio de tirar a segunda via, pois teme ter que fazer um Boletim de Ocorrência para isso. Em sua história recente, já foi preso acusado de roubar itens no supermercado. Joaquim conta que no mesmo dia em que foi retido, as câmeras de vídeo do estabelecimento mostraram que ele era inocente, mas só foi liberado depois de ter sido machucado e encarcerado.

Joaquim saiu de casa há dois anos, pois não gostava da severidade do pai. Estudou até o sétimo ano, mas parou porque "não tinha paz nem para estudar, um negócio meio contraditório". Já trabalhou em sete empresas, mas sem documentos não consegue novas contratações. Orgulha-se de ter construído um galpão em três meses: "era um emprego legal, gostava de caminhar de capacete pela obra e ver o galpão subir", relembra. Aos 16 anos, fez metade do curso técnico de contabilidade e largou. Já trabalhou com limpeza, como repositor no supermercado e como servente de carpinteiro.

Hoje Joaquim vive na rua, sem trabalho nem qualquer benefício social. Joaquim apenas acessa o Centro Pop, unidade pública de assistência social que atende pessoas em situação de rua sem necessidade de apresentação de qualquer tipo de documentação, como será visto na próxima seção. Para dormir, Joaquim procura um canto sossegado em um parque. "O mundo é complexo, eu fico perplexo", ele pontua, despedindo-se.

²⁰ Todos os nomes de pessoas em situação de rua entrevistadas neste artigo são pseudônimos a fim de preservar a privacidade desses indivíduos.

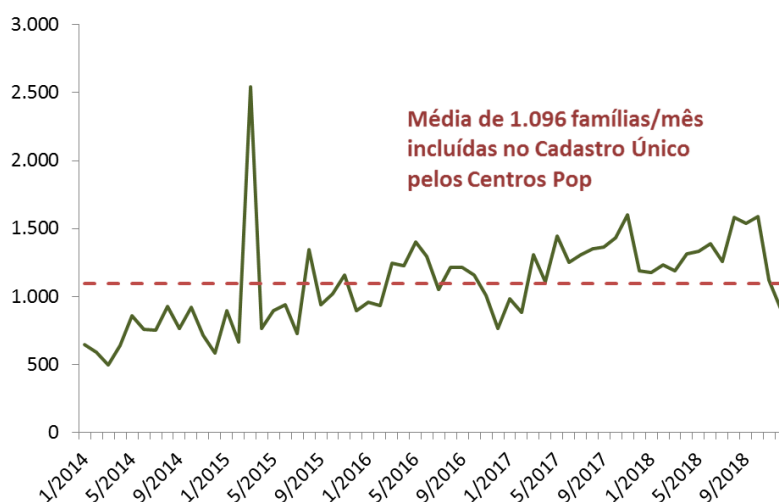
3.2 CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO PARA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA (CENTRO POP)

Serviços públicos específicos para pessoas em situação de rua são fornecidos no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Além de realizar atendimentos individuais e incluir pessoas em situação de rua no Cadastro Único, os Centros de Referência Especializados para População em Situação de Rua (Centros Pop) funcionam como ponto de apoio para fazer refeições, cuidar da higiene pessoal, lavar roupas, guardar pertences pessoais, participar de oficinas e outras atividades coletivas²¹. Entre 2011 e 2017, o número de Centros Pop mais do que dobrou, passando de 90 para 227 unidades²².

É também por meio dos Centros Pop que muitas pessoas em situação de rua recebem orientações para tirar documentos, para participar de programas como o Bolsa Família e o Benefício de Prestação Continuada (BPC), assim como para frequentar cursos de Educação de Jovens e Adultos (EJA) e qualificação profissional.

Como o cadastramento de famílias em situação de rua é feito, na maioria das vezes, pela área de assistência social nos municípios, é possível relacionar a expansão dos Centros Pop ao grande número de famílias cadastradas²³: nos últimos quatro anos, os Centros Pop incluíram no Cadastro Único uma média superior a mil famílias em situação de rua por mês (Gráfico 2).

GRÁFICO 2 – QUANTIDADE DE FAMÍLIAS EM SITUAÇÃO DE RUA INCLUÍDAS NO CADASTRO ÚNICO NOS CENTROS POP – BRASIL, 2014 A 2018²⁴



Fonte: Registro Mensal de Atendimento, VisData.

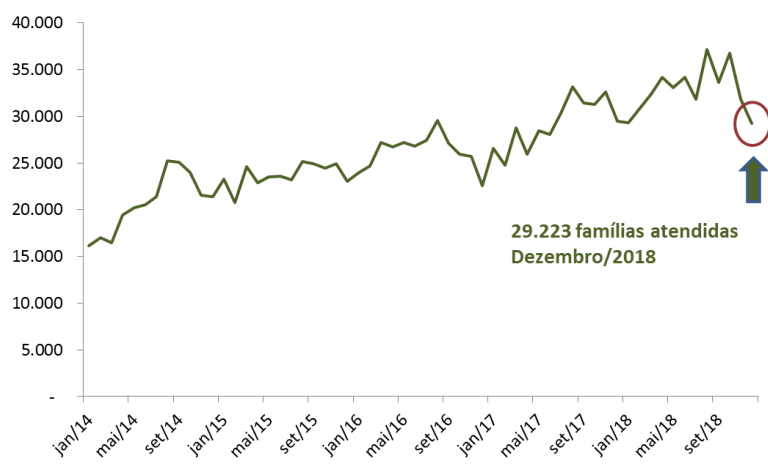
- 21 Vale destacar que os Centros Pop não são abrigos, ou seja, as pessoas em situação de rua não pernoitam nos Centros Pop.
- 22 Dados extraídos do Censo SUAS 2017. O Censo SUAS tem por objetivo produzir informações sobre as estruturas físicas e de gestão, os recursos humanos e a oferta de serviços e benefícios propiciada pelos diferentes equipamentos de assistência social presentes no Brasil. Realizado anualmente desde 2007, o Censo SUAS é uma ação integrada entre a Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS) e a Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (SAGI) do Ministério da Cidadania.
- 23 BRASIL, 2014.
- 24 O pico observado em março/2015 refere-se a dois Centros Pop que registraram no RMA – Registro Mensal de Atendimento – cerca de 800 famílias em situação de rua naquele mês.

Dados sobre atendimentos nos Centros Pop – por município, estados, região ou Brasil – podem ser acessados por meio dos painéis de monitoramento do **Vis Data**, ferramenta disponível no Portal da SAGI para livre consulta de gestores públicos, de pesquisadores e do público em geral:

<https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/vis/dash/>

Apenas em dezembro/2018, os Centros Pop atenderam quase 30 mil pessoas (Gráfico 3). Destas, 49% eram usuárias de drogas, 29% eram migrantes e 6% tinham transtornos mentais.

GRÁFICO 3 – QUANTIDADE DE FAMÍLIAS EM SITUAÇÃO DE RUA ATENDIDAS POR MÊS NOS CENTROS POP – BRASIL, 2014 A 2018



Fonte: Registro Mensal de Atendimento do SUAS, Vis Data.

HISTÓRIAS DA RUA – ERNESTO, 43 ANOS

Há quase um ano, Ernesto deixou a mulher e a filha na Venezuela para tentar a sorte no Brasil. Advogado, trabalhou no Ministério da Justiça e em siderúrgicas perto de Caracas. No seu último emprego, como motorista de guindastes, ganhava 27 milhões de bolívares por semana – Ernesto informa que essa quantia é equivalente a cinco reais.

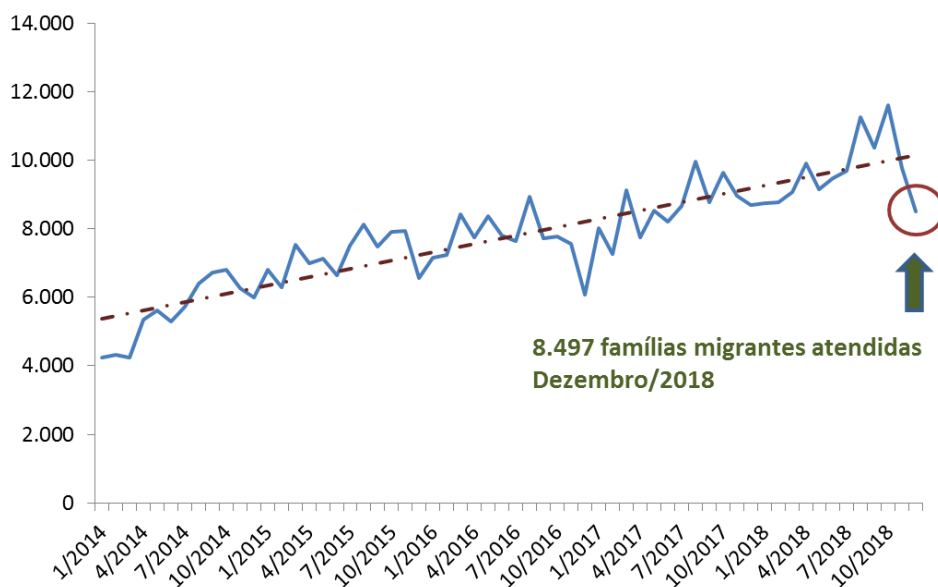
Chegou ao Brasil por Pacaraima (RR), percebeu que não havia muitas possibilidades de trabalho por lá, e caminhou com outro colega venezuelano por onze dias e meio, passando por Boa Vista até chegar em Jundiá, totalizando 600km de percurso a pé. Conseguiu uma carona para Manaus, e ali trabalhou por seis meses como montador de estruturas, mas considerou o ambiente pouco amigável. Ernesto conta que foi acusado de roubar uns óculos de segurança: "eu disse que não fiz nada, mas meu chefe disse que como eu era venezuelano, tinha que ficar calado. Eu preciso de trabalho, não de humilhação".

Deixou Manaus e foi para Goiânia, e depois para Brasília. Com um português claro e um currículo com curso superior, Ernesto segue procurando trabalho. Está morando

de favor na casa de um colega venezuelano que é caseiro de uma chácara, mas a proprietária já avisou que ele terá que sair nos próximos dias. "Não posso dormir na rua, senão não consigo mais emprego de jeito nenhum, pois não dá para tomar banho direito, as roupas ficam sujas", explica, preocupado. Ernesto buscou informações no Centro Pop sobre vagas para dormir em abrigo, conseguiu xerocar vinte cópias do currículo e fez uma refeição completa. Já tirou documentação: tem Carteira de Trabalho, CPF e Habilitação de Motorista. "Vou continuar escapando, fugindo do preconceito, procurando emprego", esclarece.

Venezuelano, Ernesto é parte da estatística de 29% de pessoas em situação de rua imigrantes, totalizando quase 8.500 estrangeiros atendidos nos Centros Pop em dezembro/2018, como pode ser visto no Gráfico 4. A linha tracejada evidencia uma tendência crescente de atendimento de famílias migrantes em Centros Pop.

GRÁFICO 4 – QUANTIDADE DE FAMÍLIAS MIGRANTES ATENDIDAS NOS CENTROS POP – BRASIL, 2014 A 2018



Fonte: Registro Mensal de Atendimento do SUAS, Vis Data.

ABORDAGEM SOCIAL DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

Uma iniciativa que complementa o trabalho dos Centros Pop é o serviço de abordagem social. O modelo básico de atuação é de equipes volantes interdisciplinares fazerem o mapeamento dos locais em que as pessoas em situação de rua vivem, abordá-las e auxiliá-las em algumas necessidades específicas. Pessoas que já viveram em situação de rua ou pessoas com histórico de rua muitas vezes integram as equipes de abordagem social, a fim de facilitar a comunicação. Depois de um primeiro contato, a ideia é resolver problemas imediatos, assim como incluir as pessoas em situação de rua na rede pública de atendimento. Por isso, os serviços de abordagem social procuram encaminhar as pessoas em situação de rua que tiverem interesse em fazer o cadastro no Cadastro Único e em tirar documentos de identificação. Apoiar as ne-

cessidades de tratamento de saúde – por exemplo, acompanhar em uma consulta médica ou conseguir um medicamento pela rede do Sistema Único de Saúde – também faz parte da rotina das equipes de abordagem social. De modo geral, as pessoas em situação de rua sofrem muita discriminação no dia a dia, e as equipes de abordagem ajudam a romper as barreiras do preconceito.

As equipes de abordagem são responsáveis por territórios específicos, e muitas vezes os componentes da equipe conhecem individualmente cada pessoa em situação de rua daquele território, suas histórias pessoais, se estão trabalhando, estudando, precisando de tratamento médico. A partir das informações levantadas, as equipes encaminham as pessoas em situação de rua para pleitear algum benefício social, se candidatar para vagas de emprego ou curso profissionalizante, agendar consulta ou exame médico. Ou seja, não é apenas uma abordagem pontual que é feita, mas um mapeamento contínuo das pessoas em situação de rua, a fim de atuar em suas vulnerabilidades e necessidades específicas, inclusive para inseri-las em programas sociais como o Bolsa Família.

3.3 PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA

O Programa Bolsa Família é um dos maiores programas de transferência condicionada de renda do mundo: atendeu em Abril/2019²⁵ mais de 14 milhões de famílias pobres ou extremamente pobres²⁶. Sucintamente, as condicionalidades do Bolsa Família são: (a) frequência escolar mínima de 85% para crianças (6 a 15 anos) e de 75% para adolescentes (16 e 17 anos); (b) vacinas e acompanhamento nutricional de crianças de até 7 anos e pré-natal de gestantes.

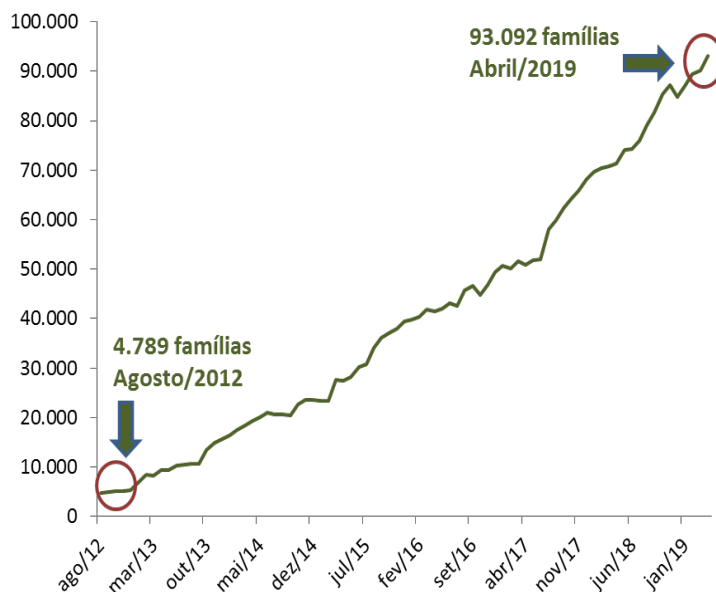
Nos últimos sete anos, a quantidade de famílias em situação de rua que são beneficiárias do Bolsa Família cresceu quase 20 vezes: de 4.789 famílias em agosto/2012 para 93.092 famílias em abril/2019 (Gráfico 5). Atualmente, 76% das famílias em situação de rua incluídas no Cadastro Único recebem o Bolsa Família²⁷, um aumento de 11 pontos percentuais em relação a 2012, quando 65% das famílias em situação de rua no Cadastro Único eram beneficiárias do Bolsa Família (Gráficos 1 e 5).

25 Fonte: CECAD.

26 Para o Bolsa Família, famílias em extrema pobreza são aquelas com renda per capita de até R\$ 89,00 mensais; famílias em pobreza possuem renda per capita entre R\$ 89,01 e R\$ 178,00 mensais (Decreto 9396/2018).

27 Vale mencionar a ocorrência de pessoas em situação de rua registradas no Cadastro Único com renda acima do perfil para participar do Bolsa Família.

GRÁFICO 5 – QUANTIDADE DE FAMÍLIAS EM SITUAÇÃO DE RUA BENEFICIÁRIAS DO BOLSA FAMÍLIA – BRASIL, 2012 A 2019



Fonte: Bolsa Família, CECAD.

HISTÓRIAS DA RUA – MESSIAS, 30 ANOS

Messias nasceu no Piauí, já morou em mais de cinco cidades diferentes. Era ambulante em São Paulo, vendia água e balas, quando começou a usar drogas. Iniciou um tratamento, desentendeu-se com a namorada e mudou-se para Brasília. Há seis meses que não usa drogas nem qualquer remédio psiquiátrico. Desempregado, dorme sozinho em um parque: "na rua não tem amigo, só colega de uso", pondera. Messias diz receber 80 reais de Bolsa Família por mês, tem 2º grau completo (atual Ensino Médio), está procurando vagas em agências de emprego, mas sente que o preconceito é grande para quem é de rua. "Dizem que quem mora na rua não sabe respeitar regras, mas onde mais tem regra é na rua: não pode mexer com a mulher do outro, tem que respeitar os pertences do outro, o cara fica queimado se chama a polícia quando o colega tá fazendo uso de drogas. É preconceito mesmo do pessoal, de não querer empregar a gente".

HISTÓRIAS DA RUA – CAROLINA, 36 ANOS

Carolina é um caso raro: uma mulher que escolheu viver sozinha na rua. "Os caras judiam de mulher na rua, bate, manda manguear²⁸ para eles. Prefiro viver só", pondera. Carolina já foi casada e tem quatro filhos. O marido trabalhava em obras, ela era doméstica. Depois que se separou, deixou os filhos na casa da mãe em Minas Gerais, arrumou outro companheiro, perdeu o emprego. Em 2012, rompeu a relação com o companheiro e foi morar nas ruas de Brasília. Carolina é beneficiária do Bolsa Família há um ano, estudou até a 5ª série (6º ano). Dorme debaixo de uma marquise, diz ganhar 150 reais do Bolsa Família e 40 reais vigiando carros. Está tirando carteira de trabalho, enquanto tenta preparar um currículo. Só pretende visitar os filhos em Minas Gerais quando arrumar um emprego: "não quero chegar de mãos vazias".

3.4 BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA (BPC)

A população em situação de rua também pode acessar o BPC – Benefício de Prestação Continuada, que assegura o pagamento mensal de um salário mínimo a idosos (65 anos ou mais) e pessoas com deficiência de qualquer idade cujas famílias possuam renda *per capita* inferior a $\frac{1}{4}$ de salário mínimo. De acordo com o Cadastro Único, em Fevereiro/2019 havia quase 7 mil pessoas em situação de rua beneficiárias do BPC.

Não é fácil conseguir o BPC para quem está em situação de rua: em virtude das condições precárias de quem vive na rua, vários aparentam ser mais velhos, mas são poucos os que têm de fato a idade regulamentar para participar do BPC para idosos. Por outro lado, pessoas com deficiência que seriam elegíveis ao BPC alegam haver inúmeras exigências de laudos médicos para comprovar a limitação, e frequentemente esses documentos se perdem ao longo dos anos, pela inexistência de um lar seguro.

Assim, observa-se que tanto o BPC como o Bolsa Família têm limitações para o atendimento à população em situação de rua, pois não foram pensados originalmente para esse público, o que sugere futuras reflexões sobre o desenho de um programa de transferência de renda mais aderente à realidade de quem vive na rua.

28 "Manguear" é uma gíria usada por pessoas de rua para referir-se à ação de pedir esmola.

4. RELATO DE FERNANDA, 30: UMA TRAJETÓRIA DE EMANCIPAÇÃO DA RUA²⁹

"Meu pai tá preso, minha mãe morava na rua, meu pai rebocava a cara da minha mãe"—Fernanda foi chamada pela professora de Gilmar, seu filho de dez anos, quando ele contou essa história na sala de aula. Fernanda teve que confirmar que o filho não estava mentindo, e com isso lembrar de tudo por que passou.

Fernanda nunca conheceu a mãe biológica, foi adotada quando tinha dois anos. Ao longo dos anos, começou a se sentir mal na casa da mãe adotiva, sem apoio para nada. Ouvia com frequência: "não tenho obrigação nenhuma, você não é minha filha". Fernanda parou de estudar na 4ª série (atual 5º ano do Ensino Fundamental). Aos 16 anos, resolveu morar na rua. Para conseguir alguma renda, começou a atuar como "avião" de traficantes, entregando drogas para os usuários. "De uniforme, cara de menina, era fácil levar droga para o shopping, escolas...". Ganhava cerca de 50 reais por entrega, e com isso passou a comprar as coisas que desejava: tênis, roupas, maquiagem.

Dormiu por algum tempo na rodoviária de Brasília, quando conheceu uma amiga que a levou para casa. Combinaram de dividir as despesas, e para pagar o aluguel Fernanda começou a se prostituir: "saía com alguns caras quando tava perto de vencer o aluguel". Estava com 17 anos, passou a fazer uso frequente de cocaína e álcool. Conheceu Romero, um traficante, e pensou que poderia ser interessante namorá-lo e receber drogas de graça: "fui tentar agir com esperteza e me dei mal", relembra. Fernanda tinha que fazer todas as tarefas domésticas em troca de comida e cocaína. Começou a namorar Romero, e pouco depois, a polícia apareceu na casa deles para prendê-lo. Fernanda assumiu a culpa pelo tráfico, passou nove meses presa. Já tinha 18 anos, descobriu na cadeia que estava grávida. Saiu mais cedo da prisão para dar à luz em liberdade. O companheiro também foi preso, saiu um pouco depois de Fernanda e foi morar com ela: "ele saiu transformado – bebia, batia, xingava". Nessa época, Fernanda tinha orgulho de usar os cabelos bem compridos. Em uma ocasião, o companheiro pegou-a pelos cabelos e arrastou-a por dois quarteirões, gritando impropérios. Fernanda não teve dúvida: cortou seus cabelos bem curtos no mesmo dia. Até hoje, tem trauma de quem puxa os cabelos, reaviva nela todas as humilhações que sofreu naquela época.

Fernanda manteve o relacionamento com Romero e ficou grávida novamente, em uma gestação difícil, sem alimentos suficientes e sem poder sair de casa. Romero trancava-a em casa para que ela não fugisse. Foi nesse cenário que Fernanda teve o segundo filho. Desde que os filhos nasceram, Fernanda não usou mais drogas: "morro de medo dos meus filhos me verem drogada". O companheiro continuava usando e

²⁹ O nome real de Fernanda, assim como de todas as pessoas em situação de rua deste artigo, foi omitido para respeitar a privacidade dos entrevistados.

vendendo drogas, e não tardou a ser preso de novo. O aluguel venceu, Fernanda foi viver na rua com os dois filhos. Morava atrás de um shopping, pedia dinheiro na rua.

Pouco depois, Romero saiu da cadeia, mobiliou outra casa e chamou-a para morar junto. "Cada cadeia que ele saía voltava pior", lembra Fernanda. Poucos meses depois, Romero foi preso de novo, por receptação de mercadoria. Durante as visitas que fazia na prisão, Fernanda engravidou do terceiro filho. Quando Romero estava preso, o relacionamento era mais calmo, ele não era agressivo com ela. Mas fora da cadeia a violência doméstica era recorrente: "era muito doído para mim ver meus filhos pequenos quererem me proteger e não terem força".

Fernanda viveu esse relacionamento intermitente com Romero por vários anos, entre as idas e vindas dele na cadeia. Da última vez, em um surto sob efeito de drogas, ele expulsou-a de casa e jogou os objetos das crianças – carrinho, colchão, roupas – pela janela. Fernanda voltou a morar na rua com os três filhos, pedindo esmolas e furtando alguns alimentos nos supermercados. Um lugar que ela sentia que era seguro para passar a noite com as crianças era nos postos de gasolina, especificamente dentro da vala para troca de óleo, um local protegido do vento, do frio e de outras pessoas: "tinha medo de alguém dar facada, pegarem minhas crianças. A rua não perdoa as mulheres não. Somos propriedade dela", reflete.

Nessa época, Fernanda foi atendida pela abordagem social e pelo Centro Pop, conseguiu entrar no Cadastro Único e passou a ganhar 180 reais por mês do Bolsa Família. Em uma das vezes em que o marido foi preso, a casa dele já estava com aluguel pago por seis meses, então ela resolveu se instalar ali com os filhos. Fernanda lembra que usava o dinheiro do Bolsa Família para fazer o "Dia da Família": saía com os filhos no sábado e comprava sorvete, via um filme, passeava pelo parque. "Eu maquiava a situação para meus filhos, tentava mostrar que tava tudo bem. Mesmo quando estávamos dormindo na rua, dizia para eles que a gente estava acampando", lembra, emocionada.

Conseguiu emprego de copeira em um hospital, gostava do trabalho ali, mas o filho mais velho teve uma doença grave e ela teve que largar o emprego após um ano. E voltou a morar na rua. Pouco depois, conheceu um outro homem, que trabalhava como motorista. Relacionou-se com ele por um tempo, ficou grávida, ele a abandonou. Para se sustentar grávida e com três filhos, Fernanda vendia balas, pedia esmola e se prostituía. Com o dinheiro que levantou, conseguiu comprar o enxoval da filha e fazer o parto fora da rua: "costumo dizer que todo mundo é ser humano. De onde você veio, para onde você vai, vai todo mundo para o mesmo lugar".

Depois que a filha nasceu, Fernanda recebeu um convite de emprego: integrar a equipe do serviço de abordagem para pessoas em situação de rua. No início, teve algumas dificuldades de adaptação, estranhava tanta rigidez de horários, prazos para os relatórios, mas aos poucos aprendeu a ter disciplina, responsabilidade no trabalho: recentemente, foi promovida. Fernanda tem facilidade em criar vínculos com as pessoas

em situação de rua: "eu amo o que faço. É dali que eu vim". Passa o dia percorrendo os pontos da cidade em que há pessoas de rua, conversando, ouvindo os problemas e fazendo acompanhamento para questões relacionadas à documentação, saúde, violação de direitos, trabalho e renda: "eu abordo conforme a situação. Por exemplo, uma mulher viciada em *Thinner*³⁰ com criança de colo. Imagina o frio que o filho dela deve passar. Não dá para ela sair da rua de imediato, tem que ser gradual. Digo pra ela: se eu consegui, tu também vai conseguir. Tu só tem um filho, e eu, que tinha quatro?!".

Apenas para ilustrar o tipo de atividade que Fernanda desenvolve, em uma tarde o serviço de abordagem (a) acompanhou um jovem em situação de rua com um quadro agudo de hanseníase para fazer uma consulta médica e conseguir medicamentos na rede pública e (b) entregou a carteira de trabalho para um lavador de carro que iria fazer entrevista de emprego. Sobre o contato com quem mora na rua, Fernanda explica: "eu não dou moeda, não é para ter dó. Por isso que é bom ter gente que era de rua nesse serviço. Eu chamo pra conversar, às vezes tomo um lanche junto".

Trabalhando há um ano e meio com abordagem social, Fernanda alugou uma casa na periferia de Brasília. "Agora falta eu aprender a lidar com dinheiro. Sai o pagamento, gasto tudo logo de cara comigo e com meus filhos, eles comem tudo o que quiserem". Faz questão de manter os quatro filhos na escola: "essas crianças dois anos atrás não tinham nem lápis, eu tinha que manguear para conseguir um lápis pra elas!". Em janeiro de 2019 conseguiu concluir o Ensino Médio, tem o sonho de fazer faculdade: "deixa a minha filhinha de dois anos crescer mais um pouco, que daí eu faço. Tenho que construir meu sonho de pouquinho em pouquinho. Quero ter nível superior porque se eu perder esse emprego arrumo outro – não vou nunca mais deixar meus filhos na rua".

Desde o final de 2018 não é mais beneficiária do Bolsa Família, explicaram para ela que sua renda já estava alta demais para ser beneficiária, que ela tinha que dar lugar para outros que precisam mais. Mantém um contato distante com Romero, em outros termos: "fora as sequelas, hoje tá tudo bem. Tive que ser muito forte, deixar um asqueroso qualquer pegar em mim minha infância foi destruída, queria ter casado de véu e grinalda. Hoje não aceito mais ninguém meter a mão na minha cara".

Mesmo sem receber mais o benefício do Bolsa Família, Fernanda manteve o hábito de fazer o "Dia da Família" com os filhos. "Ninguém nunca vai falar para os meus filhos: 'você não é meu filho, por que eu tenho que te dar alguma coisa?'. Orgulhosa, conta que o filho mais velho adora desenhar: "é o Picasso lá de casa, desenha, pinta faz coisas lindas, vou montar uma galeria!". Questionada se pode ser considerada atualmente uma heroína das ruas, ela responde: "Só vou ser heroína quando pegar o diploma de toda essa criançada. Pouca gente acredita que eu sozinha dou conta disso tudo, daí eu repito pra mim mesma: somos mulheres, somos fortes!".

30 Thinner é uma marca de solvente com substâncias tóxicas que, se inaladas, podem gerar efeitos entorpecentes.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse artigo ilustrou como o uso de dados contribuiu para a formulação e o monitoramento de políticas específicas para a população em situação de rua: o Censo Pop Rua foi decisivo para a elaboração da Política Nacional para População em Situação de Rua, assim como para a criação do Formulário Suplementar 2 do Cadastro Único e para o desenvolvimento de Centros Pop e serviços de abordagem social. Atualmente, há mais de 119 mil famílias em situação de rua no Cadastro Único, 90 mil no Bolsa Família, 7 mil no BPC e 227 Centros Pop em funcionamento.

As breves *histórias da rua* e o relato de caso de Fernanda buscaram dar uma feição aos indicadores publicados nos painéis de monitoramento da SAGI. Casos concretos enriquecem o olhar e humanizam os dados estatísticos, ajudando a enxergar o contexto social por uma outra óptica. Assim, o monitoramento de políticas sociais ganha qualidade ao combinar indicadores com relatos de caso. Considerando as nuances das situações individuais, é possível aperfeiçoar o processo de apreensão da realidade social, condição necessária para o desenvolvimento de políticas públicas mais adequadas às necessidades dos cidadãos.

BIBLIOGRAFIA

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Decreto n. 5209**, de 17 de setembro de 2004. Regulamenta a Lei no 10.836, de 9 de janeiro de 2004, que cria o Programa Bolsa Família, e dá outras providências.

_____. Presidência da República. Casa Civil. **Decreto n. 6135**, de 26 de junho de 2007. Dispõe sobre o Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal e dá outras providências.

_____. **Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua**. Brasília, DF: MDS, SAGI; Meta, 2008. (Sumário Executivo).

_____. **Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua**. Brasília, DF: MDS, SAGI; Meta, 2008. (Ficha Técnica).

_____. Presidência da República. Casa Civil. **Decreto n. 7.053**, de 23 de dezembro de 2009. Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento, e dá outras providências.

_____. MDS. **Portaria 177**, de 16 de junho de 2011. Define procedimentos para a gestão do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, revoga a Portaria n° 376, de 16 de outubro de 2008, e dá outras providências.

_____. **Diversidade no Cadastro Único: respeitar e incluir**. Brasília, DF: MDS, SENARC, 2014.

_____. **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais** – reimpressão de 2014. https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/tipificacao.pdf

_____. MDS. **Censo Suas 2014: análise dos componentes sistêmicos da Política Nacional de Assistência Social**. Brasília, DF: MDS, 2015.

_____. MDS. **Manual de gestão do Cadastro Único para programas sociais do governo federal**. 3ª. ed. Brasília, DF: MDS, Secretaria Nacional de Renda e Cidadania, 2017.

_____. MDS. **Manual de gestão do Programa Bolsa Família**. 3. ed. Brasília, DF: MDS, Secretaria Nacional de Renda e Cidadania, 2017.

_____. MDS. **Censo Suas 2017: análise dos componentes sistêmicos da Política Nacional de Assistência Social**. Brasília, DF: MDS, 2018.

_____. Presidência da República. Casa Civil. **Decreto n. 9396**, de 30 de maio de 2018. Altera o Decreto n° 5.209, de 17 de setembro de 2004, e o Decreto n° 7.492, de

2 de junho de 2011, para reajustar valores referenciais de caracterização das situações de pobreza e de extrema pobreza e os de benefícios do Programa Bolsa Família.

GONELLI, Valéria; CHAGAS, Fernando. **Visibilidade e reconhecimento – a atuação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome no atendimento da população em situação de rua.** In: CUNHA, Júnia Valéria Quiroga da; RODRIGUES, Monica (Orgs.). Rua: aprendendo a contar. Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2009. ISBN: 978-85-60700-34-9.

MOVIMENTO NACIONAL DE POPULAÇÃO DE RUA. **População de rua: vidas e trajetórias.** In: CUNHA, Júnia Valéria Quiroga da; RODRIGUES, Monica (Orgs.). Rua: aprendendo a contar. Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2009. ISBN: 978-85-60700-34-9.

SILVEIRA, Flavio. **Enxergando o invisível: desafios metodológicos de uma (re) construção do olhar.** In: CUNHA, Júnia Valéria Quiroga da; RODRIGUES, Monica (Orgs.). Rua: aprendendo a contar. Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2009. ISBN: 978-85-60700-34-9.

SPOSATI, Aldaíza. **O caminho do reconhecimento dos direitos da população em situação de rua: de indivíduo a população.** In: CUNHA, Júnia Valéria Quiroga da; RODRIGUES, Monica (Orgs.). Rua: aprendendo a contar. Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2009. ISBN: 978-85-60700-34-9.

VEIGA, Laura da et. al. **Trajetória de construção do I Censo e Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua.** In: CUNHA, Júnia Valéria Quiroga da; RODRIGUES, Monica (Orgs.). Rua: aprendendo a contar. Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2009. ISBN: 978-85-60700-34-9.

WWP – World Without Poverty. **Introdução ao Cadastro Único.** 2014.

WWP – World Without Poverty. **BPC – Benefício de Prestação Continuada.** 2015.

WWP – World Without Poverty. **A Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua.** 2016.

WWP – World Without Poverty. **Censo SUAS.** 2016.

WWP – World Without Poverty. **Programa Bolsa Família.** 2017.

WWP – World Without Poverty. **Condicionalidades do Programa Bolsa Família** 2017.